

3 PODERES BRASIL



Um Brasil ainda desigual

Ainda se mantêm muitos privilégios e concentração nas mãos de poucos.

www.rdmnews.com.br



Umberto Eco
Como identificar um fascista.

EDIÇÃO DIGITAL

ANO XXVII | FEV
EDIÇÃO 15 | 2025

GRUPO
RDM
REDE DE MÍDIAS
29
ANOS



Ulisses Rabaneda

O novo conselheiro nacional de Justiça.

EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
MANAUS





CASA  PRADO

MANAUARA SHOPPING

Há ainda um abismo social brasileiro

Brasil vem avançando do ponto de vista socioeconômico governo após governo, com revezes, fluxo e refluxo, tudo muito natural para um país considerado emergente, e que foi lá do longínquo “terceiro mundo”, com uma população de mais de 35 milhões de pessoas miseráveis.

Contudo, em que pense o desenvolvimento experimentado nos últimos 30 anos, desde a implantação do Plano Real, ainda temos uma profunda desigualdade social. Matéria especial da Agência Câmara, que reproduzimos na capa desta edição, mostra que ainda há

um abismo social brasileiro. E severo. Como destaca o texto, apesar de políticas públicas para distribuição de riquezas, ainda se mantêm muitos privilégios e concentração nas mãos de poucos.

Esta é a senha desse subdesenvolvimento: concentração de riquezas nas mãos de poucos. Outra importante matéria desta edição mostra que a violência política contra as mulheres é uma realidade que não cessa em nosso país. As recentes eleições municipais do final do ano passado mostraram essa face cruel da política nacional.

Boa leitura.

Atenciosamente,
João Orozimbo Negrão

SUMÁRIO

CAPA | ENTREVISTA | **Ulisses Rabaneda**

05 | OPINIÃO | **Por Mauritius von Dubnitz**

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | **João Pedro Marques**

08 | ENTREVISTA | **Ulisses Rabaneda**

15 | LEGISLATIVO | **Desigualdade brasileira**

18 | JUDICIÁRIO

15 | UM BRASIL AINDA DESIGUAL

20 | ELEIÇÕES | **Denúncias de violência política contra mulher**

24 | ALERTA HISTÓRICO | **Como identificar um fascista de acordo com Umberto Eco**



JOÃO PEDRO MARQUES
CEO

Artur Dias da Fonseca
DIRETOR PRESIDENTE

Shelry Pereira
DIRETORA EXECUTIVA

João Orozimbo Negrão
COORDENADORA EDITORIAL

Vanessa Moreno
Matheus Maurício
EDITORES

Márcio Brandão do carmo
EDITOR DE ARTEREDAÇÃO

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira**, **Vanessa Moreno**, **Márcio Brandão do Carmo**

TEXTOS
Carolina Nogueira, **Clarissa Desterro**, **Giovana Alves**, **Humberto Azevedo**, **João Pedro Marques**, **Mauritius Von Dubnitz**, **Nicolas Iory**, **Agência Brasil**, **Agência TSE**, **Agência Senado**, **Agência CNJ De Notícias**, **Agência CLDF**, **Secom-pr.**

FOTOGRAFIA
Filipe Araújo, **Gustavo Moreno**, **Agência Brasília**, **Agência Câmara**, **Agência TSE**, **Agência Senado**, **Secom-pr**, **Agência Brasil**, **Agência CNJ**, **Agência Senado**, **Assessoria STF**, **Assessoria TSE**, **Assessoria MPF**, **Assessoria TCU**, **Secom-pr**, **Minc.**

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br
65 3623.1170 | 3622.2310 | 61 2107.9400

RDM 3 PODERES BRASIL
NÃO SE RESPONSABILIZA POR
MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE
NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A
OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS
ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO
DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E
CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM
FINS LUCRATIVOS

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
65 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL
É UMA PUBLICAÇÃO DO

O legado alemão em São Paulo: uma marca indelével na cidade de todas as culturas

■ Por **Mauritius von Dubnitz***

A cidade de São Paulo, um caldeirão cultural pulsante, carrega marcas de diversas etnias que contribuíram para sua formação. Entre elas, o legado alemão se destaca de forma singular. A influência alemã transcende os muros das casas e das escolas, permeando a arquitetura, a cultura, a economia e a identidade paulistana. Hoje, São Paulo é a maior cidade industrial alemã do mundo fora da Alemanha, abrigando uma significativa comunidade de descendentes de alemães e muitas empresas de origem germânica.

A semente da imigração: os primeiros passos

No século XIX, imigrantes alemães chegaram ao Brasil atraídos pelas promessas de terras abundantes e oportunidades. Em São Paulo, encontraram um terreno fértil para construir suas vidas. Qual foi o impacto da chegada desses pioneiros na formação da cidade? A resposta reside na diversificação da economia, na introdução de novas técnicas agrícolas e na construção de comunidades prósperas.

O legado na arquitetura: um olhar para o passado

A arquitetura é um dos campos em que a influência alemã é mais evidente. Edifícios históricos, como a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, projetada por Maximilian Hehl, refletem as características da arquitetura germânica. Como a arquitetura alemã moldou o cenário urbano de São Paulo? As linhas sóbrias, os telhados inclinados e a valorização da funcionalidade são marcas registradas que ainda hoje podem ser observadas em diversos bairros da cidade.

Educação: a base de um futuro promissor

A educação sempre foi uma prioridade para os imigrantes alemães. Escolas como o Colégio Visconde de Porto Seguro, fundado em 1878, desempenharam um papel fundamental na formação de gerações de paulistanos. Qual foi o impacto da educação alemã na formação da elite paulistana? A valorização da disciplina, do trabalho e da excelência acadêmica é um dos principais legados transmitidos por essas instituições.



“**Você conhece a contribuição dos alemães para o desenvolvimento econômico e cultural de São Paulo? Símbolos icônicos da maior metrópole do país têm influência germânica.**

Cultura e tradições: um mosaico de influências

A cultura alemã deixou sua marca em diversos aspectos da vida paulistana. Festas como o MaiFest e o BrooklinFest celebram as tradições germânicas e

atraem milhares de pessoas todos os anos. Como as tradições alemãs se mesclaram com a cultura brasileira? A culinária, a música e as danças típicas são exemplos de como a cultura alemã se integrou à identidade paulistana, enriquecendo-a.

Um legado que perdura

O legado alemão em São Paulo é muito mais do que um capítulo da história. É uma força viva que continua a moldar a cidade. A educação, o empreendedorismo, a organização e a busca pela excelência são valores que permeiam a sociedade paulistana e que têm suas raízes na cultura alemã. Ao celebrarmos a história de São Paulo, é fundamental reconhecer a importância dessa contribuição e manter viva a memória dos imigrantes que construíram a cidade.

Orgulho de todos

A influência alemã em São Paulo é um patrimônio cultural que deve ser preservado e valorizado. Ao longo dos anos, os imigrantes alemães e seus descendentes contribuíram significativamente para o desenvolvimento da cidade, deixando um legado que perdura até os dias de hoje. Ao olharmos para o futuro, é importante que continuemos a celebrar essa rica diversidade cultural e a aprender com as experiências do passado.

**Mauritius von Dubnitz, graduado em Engenharia Mecânica e Administração de Empresas, é diretor de relações institucionais do Colégio Visconde de Porto Seguro e apaixonado pela cultura alemã e pela cidade de São Paulo.*

Número de eleitores chega a 158,6 milhões em dezembro de 2024



O eleitorado no Brasil registrou, entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, um crescimento de 2,08%, com a incorporação de 3.229.203 eleitores novos ou regulares. Assim, o país passou de 155.387.262 votantes para 158.616.465, segundo dados da página de estatísticas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Manter o título de eleitor regularizado é essencial para o exercício pleno da cidadania. Os dados apontam um crescimento mais expressivo entre os homens. O número de eleitores do sexo masculino em dia com a Justiça Eleitoral passou de 73.537.841 para 75.249.412, um aumento de 2,32% (1.711.571). Já entre as mulheres, o eleitorado passou de 81.819.438 para 83.338.792, um acréscimo de 1,85%. Entre os mais jovens, destaca-se a faixa de 16 anos, que contou com 310.365 novos eleitores, um aumento de 133,53% em relação ao ano anterior. Já a categoria de 17 anos registrou mais 167.916 votantes (19,06%). Além disso, a faixa de 18 a 20 anos, que contava com 6.676.346 eleitores em 2023, teve um leve reforço de 110.667 eleitores (1,66%).

Houve grande aumento nas faixas etárias mais altas e de raça

A maior mudança por faixa etária ocorreu entre os eleitores de 45 a 59 anos: foram mais 881.683 votantes regulares, o que representa um aumento de 2,26%. Também houve incremento expressivo na faixa de 60 a 69 anos, que passou a contar com mais 681.274 votantes (3,64%), e na de 70 a 79 anos, que registrou mais 611.321 eleitores (6,12%). Houve ainda um crescimento significativo, de

6,85%, entre os eleitores com mais de 79 anos, que agora somam 312.517 a mais do que no ano anterior. Essas mudanças refletem, em grande parte, o envelhecimento da população. O maior crescimento absoluto entre o eleitorado que fez autodeclaração de cor/raça foi registrado entre os votantes pardos: foram mais 5.470.375 eleitores, um aumento de 158,44%.

STF mantém decisão de Toffoli que livrou Leo Pinheiro, empreiteiro delator de Lula



A Segunda Turma do STF rejeitou um recurso da PGR e manteve, por maioria de votos, decisão de Dias Toffoli que anulou todos os atos da Operação Lava Jato contra José Adelmário Pinheiro Filho, o Leo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS, cuja delação premiada teve em Lula o principal alvo. A anulação de todos os atos e ações da Lava Jato contra Pinheiro, incluindo condenações, foi assinada por Toffoli em setembro de 2024, em ação que corre em segredo de Justiça no STF. Em outubro, o chefe da PGR, Paulo Gonet, apresentou agravo regimental para reverter a canetada do ministro. A análise do agravo ocorreu virtualmente na Segunda Turma: Toffoli apresentou seu voto e os demais quatro ministros tinham um prazo definido para informar no sistema eletrônico do Supremo se concordavam com ele ou discordavam. O julgamento começou em 13 de dezembro e, em razão do recesso do Judiciário, foi concluído em 3 de fevereiro, com três votos a dois para manter a anulação. Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram contra o recurso da PGR. Edson Fachin e André Mendonça deram razão a Gonet.





Sob presidência de João Campos, PSB pode perder o 'Socialista'



O prefeito de Recife, João Campos, que assume a presidência do PSB este ano, pensa em mudar o nome do partido. Segundo um dirigente próximo do prefeito, o "S" deve deixar de ser "Socialista". Dirigentes do PSB têm avaliado que o "Socialista" só tem afastado potenciais eleitores e que o ideário da legenda é mais social-democrata. A ideia é que as letras permaneçam, mas que seu significado mude. Pode ser, por exemplo, Partido Social Brasileiro ou Partido da Sociedade Brasileira. Ainda não há definição. O estatuto do PSB, que comemora 40 anos desde sua refundação, em 1985, fala diversas vezes que seu papel é defender ideais socialistas. De todo modo, o estatuto pode ser alterado pela presidência. E, mesmo perdendo o S, a sigla não deixaria de ser de centro-esquerda, avalia o dirigente ouvido pela coluna. Aos 31 anos, João Campos é o prefeito mais jovem das capitais e tem uma linha de comunicação cobiçada até pela equipe de Lula. Esse espírito de juventude é o que os seniores do PSB esperam de sua gestão.

TSE já prepara eleições presidenciais de 2026, diz Cármen Lúcia



A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, disse que a Justiça Eleitoral já começou os preparativos para as eleições presidenciais de 2026. As declarações da ministra foram feitas durante a sessão solene de abertura dos trabalhos da Justiça Eleitoral em 2025. Durante seu discurso, Carmen Lúcia adiantou que o TSE já começou os preparativos para as eleições presidenciais de 2026 e do próximo pleito municipal, que será realizado em 2028. As eleições presidenciais de 2026 serão presididas pelo ministro Kassio Nunes Marques, atual vice-presidente do TSE e ministro do STF. O mandato de Cármen Lúcia terminará em agosto do ano que vem. Kassio foi indicado ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Haddad coloca em dúvida o anúncio de pacote fiscal

DITO & FEITO

"Sem democracia não há liberdade. Sem liberdade não há justiça. Sem justiça não há dignidade. A Justiça Eleitoral continuará a atuar com rigor, com serenidade, com imparcialidade e comprometida com a democracia, garantindo as liberdades de eleitor e de eleitores. Porém, a democracia não é atribuição nem função exclusiva de uma pessoa ou de uma instituição, senão um esforço comungado de todas as brasileiras e todos os brasileiros e das instituições de Estado."

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



"Cada inovação tecnológica e cada nova medida adotada sobre redes sociais são objeto de atenção e cuidado especial por parte do TSE, pela repercussão que pode ter sobre o Direito, as liberdades, principalmente a liberdade de se informar, convencer-se e votar. Há de se garantir as liberdades com informação correta, para que a expressão seja manifestação de liberdade, não exposição manipulada de ódios e violências." *Idem.*



Advogado de MT, que tomou posse no CNJ em 11 de fevereiro, defende uso da tecnologia e a “valorização dos métodos alternativos” para solucionar os conflitos judiciais e contribuir para a redução da sobrecarga do Judiciário.

“Anistia é prerrogativa do Congresso, mas deve ser analisada com extrema cautela”

É o que afirma Ulisses Rabaneda, conselheiro federal da OAB e novo integrante do CNJ, cargo do qual tomou posse no dia 11 de fevereiro

Por **Humberto Azevedo**

Para o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e novo integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – cargo do qual tomou posse no dia 11 de fevereiro, em Brasília, “a concessão de anistia é uma prerrogativa do Congresso Nacional, mas deve ser analisada com extrema cautela”.

A declaração, dada numa entrevista concedida aos canais do **Grupo RDM**, ocorre num momento em que os setores bolsonaristas da sociedade brasileira empenham a defesa e pedidos de aprovação do Projeto de Lei (PL)

2858, de 2022, de autoria do ex-deputado federal Vitor Hugo (PL-GO), e atual vereador da capital goiana, que pretende conceder anistia política e penal a todos os envolvidos, direta e indiretamente, aos ataques às sedes dos Três Poderes ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, e estendidos a quaisquer manifestações investigadas como antidemocráticas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de novembro de 2022.

“Anistiar indiscriminadamente atos que atentaram contra a ordem democrática pode enfraquecer o com-

“O excesso de prisões provisórias é um problema grave, e o CNJ tem se debruçado sobre essa questão. O CNJ tem um papel essencial na promoção de uma Justiça equilibrada, que garanta a aplicação da lei sem excessos ou arbitrariedades”



Conselheiro federal da OAB defende a adoção de mais métodos alternativos e criativos para aproximar o cidadão do Poder Judiciário.

promisso institucional com o Estado de Direito. Além disso, conceder anistia antes mesmo da conclusão dos julgamentos poderia comprometer a função jurisdicional e criar um precedente perigoso. O equilíbrio entre justiça e pacificação social deve ser o guia dessa discussão”, complementou Rabaneda.

PRESTAÇÃO AO CIDADÃO

Na conversa que Rabaneda teve com a reportagem do Grupo RDM, o novo conselheiro do CNJ – nomeado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – no último dia 22 de janeiro, após ter seu nome aprovado pelo Senado Federal em 12 de dezembro, discorreu sobre a importância do órgão para fortalecer a “confiança” da população brasileira no Poder Judiciário.

Mas ele argumenta que a prestação da Justiça brasileira à população

“A aposentadoria compulsória está prevista na Constituição e visa preservar a independência do Poder Judiciário, evitando interferências políticas indevidas”

deve ser aprimorada por uma efetiva integração, cada vez maior, das novas tecnologias, sem nunca se esquecer de que o uso das novas ferramentas tecnológicas precisará ser feito garantindo uma internet de ponta aos cidadãos que estão nas localidades mais remotas, ao mesmo tempo que a capacitação e a alfabetização digital para o uso desses recursos cibernéticos sejam também efetivas.

“O Conselho Nacional de Justiça tem desempenhado um papel fundamental na modernização, transparência e fiscalização do Poder Judiciário, buscando o aprimoramento da prestação jurisdicional e o fortalecimento da confiança da sociedade no sistema de Justiça”, responde.

“Além disso, a implementação de tecnologias inovadoras e a valorização dos métodos alternativos de solução de conflitos são medidas que podem contribuir para a redução da sobrecarga do Judiciário e para um atendimento mais célere e qualificado ao cidadão.

Mas essas iniciativas só serão eficazes se acompanhadas de infraestrutura digital adequada, como o fornecimento de internet de qualidade nos locais mais afastados”, completa.

“A implementação dessas soluções deve ser acompanhada de regulamentação criteriosa, garantindo transparência, imparcialidade e respeito aos

Atual conselheiro federal da OAB Nacional reforça que o CNJ é um instrumento para garantir o respeito aos direitos fundamentais e às garantias constitucionais.



direitos fundamentais”, emenda Rabañeda, que antes de assumir a vaga no CNJ atuou como membro da comissão de estágio e exame da OAB, integrou o Tribunal de Defesa das Prerrogativas do Direito, foi diretor da Escola Superior de Advocacia, secretário-geral-adjunto e secretário-geral da seccional mato-grossense.

PRERROGATIVAS

Atualmente conselheiro federal da OAB Nacional, o novo integrante do CNJ reforçou a necessidade daquele colegiado, que tem como objetivo primar pela excelência do Judiciário brasileiro, em prol da melhor prestação jurisdicional, servir de alicerce aos direitos e às prerrogativas da cidadania que sustentam o Estado Democrático de Direito.

“O respeito aos direitos fundamentais e às garantias constitucionais deve ser uma prioridade, e isso passa pela valorização do devido processo

“O excesso de prisões provisórias é um problema grave, e o CNJ tem se debruçado sobre essa questão. O CNJ tem um papel essencial na promoção de uma Justiça equilibrada, que garanta a aplicação da lei sem excessos ou arbitrariedades”

legal e pela independência dos magistrados na tomada de decisões. O CNJ pode contribuir para isso fortalecendo mecanismos que impeçam distorções no uso do sistema penal, garantindo que o tratamento seja igualitário, independentemente da condição social ou econômica do réu”, defendeu.

FIM DAS APOSENTADORIAS COMPULSÓRIAS

Indagado sobre a crescente exigência pelo conjunto da sociedade brasileira, independentemente de matizes ideológicas, que pressiona pelo fim das aposentadorias compulsórias concedidas pelo Poder Judiciário aos seus magistrados integrantes, que comprovadamente incorreram em práticas criminosas, Rabañeda compreende como justa essa demanda da população, mas também considera que essa matéria deve ser tratada pelo Poder Legislativo dentro do “equilíbrio” que zela a Constituição Federal para garantir a independência e harmonia entre os Poderes da República.

Atualmente, a legislação prevê que, mesmo após procedimentos administrativos que comprovem falhas graves, os magistrados envolvidos são compulsoriamente aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Para que a aposentadoria

compulsória seja empregada, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMN), válida desde 14 de março de 1979, quando foi sancionada pelo então presidente-ditador Ernesto Geisel, a Lei Complementar de número 35 estabelece as seguintes hipóteses: exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular; recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho e julgamento; e exercício de atividade político-partidária; e em decorrência de ação penal por crime comum ou de responsabilidade.

“Qualquer mudança nessa matéria deve ser conduzida pelo Congresso Nacional, e deve considerar o equilíbrio entre a punição adequada e a necessidade de proteger a independência da magistratura. (...) O CNJ já tem avançado na regulamentação dos vencimentos da magistratura, buscando maior transparência e controle sobre [os] pagamentos. Entretanto, alterações estruturais na política remuneratória do serviço público dependem de iniciativa legislativa”, comenta Rabaneda, que em 2016 foi o mais votado na lista tríplice formada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para exercer o cargo de juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) daquele estado.

ÍTEGRA DA ENTREVISTA

O CNJ é composto por 15 conselheiros: três ministros de Tribunais Superiores, seis magistrados provenientes da Justiça Federal, dois membros do Ministério Público Federal, dois integrantes da OAB e dois cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, sendo um indicado pelo Senado e outro pela Câmara dos Deputados. Ulisses Rabaneda vai ocupar a vaga destinada à OAB.

Abaixo, segue a íntegra da entrevista exclusiva concedida à reportagem do Grupo RDM.

Grupo RDM: Primeiro, Dr. Ulisses Rabaneda, meus parabéns em nome do Grupo RDM por sua nomeação ao CNJ. Como o senhor avalia a atuação do CNJ e o que precisa melhorar?

Ulisses Rabaneda: Agradeço penhoradamente os cumprimentos. O Conselho Nacional de Justiça tem desempenhado um papel fundamental na modernização, transparência e fiscalização do Poder Judiciário, buscando o aprimoramento da prestação jurisdicional e o fortalecimento da confiança da

“A tecnologia tem um papel crucial na modernização da Justiça. A inteligência artificial pode auxiliar na triagem de processos”

sociedade no sistema de Justiça. Contudo, como qualquer instituição, há desafios que precisam ser continuamente enfrentados. A eficiência na tramitação dos processos, o aperfeiçoamento da gestão judiciária e a garantia de acesso efetivo à Justiça são áreas que demandam atenção constante. Além disso, a implementação de tecnologias inovadoras e a valorização dos métodos alternativos de solução de conflitos são medidas que podem contribuir significativamente para a redução da sobrecarga do Judiciário e para um atendimento mais célere e qualificado ao cidadão.

Grupo RDM: Talvez um dos maiores problemas do Judiciário em relação à

sociedade brasileira seja a sensação de distanciamento que a população tem em relação à Justiça. Como o CNJ pode atenuar esse problema?

Ulisses Rabaneda: A aproximação entre o Judiciário e a sociedade passa por três frentes essenciais: acessibilidade, transparência e eficiência. Medidas como a ampliação do uso das Varas Virtuais, audiências por videoconferência e o fortalecimento dos juizados especiais são essenciais para levar a Justiça a localidades mais remotas. No entanto, essas iniciativas só serão eficazes se acompanhadas de infraestrutura digital adequada, como o fornecimento de internet de qualidade nos locais mais afastados. Sem isso, a população continuará enfrentando barreiras no acesso ao sistema de Justiça. Além disso, a transparência e a comunicação com a sociedade devem ser aprimoradas, para que o cidadão compreenda melhor o funcionamento do Judiciário e confie na sua atuação.

Grupo RDM: O papel do CNJ é “primar pela excelência do Judiciário brasileiro, em prol da melhor prestação jurisdicional”. Agora, com uma Justiça exaustivamente demandada, como alcançar esta “excelência” ao cidadão?

Ulisses Rabaneda: A excelência na prestação jurisdicional exige um equilíbrio entre celeridade e qualidade das decisões. A modernização tecnológica, aliada ao uso responsável da inteligência artificial generativa como ferramenta de apoio, pode otimizar a gestão processual e reduzir gargalos. Além disso, o fortalecimento dos meios alternativos de solução de conflitos – como mediação e conciliação – pode contribuir para desafogar o Judiciário. O CNJ deve continuar estimulando boas práticas de gestão judiciária, investindo na formação de magistrados e servidores para que a prestação jurisdicional ocorra de forma eficiente, sem comprometer

ter a segurança jurídica e os direitos fundamentais.

Grupo RDM: Ao longo da história, a sociedade brasileira se coloca de maneira enfática a favor de punições severas – talvez, até pelos mais de 350 anos de escravidão que nos assolaram institucionalmente até 13 de maio de 1888 – mas a atual Constituição, feita após 21 anos de ditadura, nos legou uma Carta Magna que estabelece uma série de direitos fundamentais e prerrogativas. Além de campanhas, não seria preciso atuar na educação para garantir os princípios e preceitos da “Constituição cidadã”. Como o CNJ pode e deve atuar para alterar este traço autoritário que o nosso legado escravizante moldou na alma brasileira, ao mesmo tempo, atuando para evitar retrocessos autoritários e fortalecer a cidadania?

Ulisses Rabaneda: O CNJ tem um papel essencial na promoção de uma Justiça equilibrada, que garanta a aplicação da lei sem excessos ou arbitrariedades. O respeito aos direitos fundamentais e às garantias constitucionais deve ser uma prioridade, e isso passa pela valorização do devido processo legal e pela independência dos magistrados na tomada de decisões. Além das campanhas institucionais, a educação em direitos deve ser incentivada, para que a sociedade compreenda que um sistema de Justiça forte é aquele que respeita as regras do Estado Democrático de Direito, assegurando a todos – sem distinção – um julgamento justo e imparcial.

Grupo RDM: Há uma década as práticas da Lava Jato, que tanto apoio tiveram de parte da sociedade, estremece-ram as estruturas do país, que quase levaram o Brasil aos retrocessos que anulariam o Estado Democrático de Direito. O sucesso popular da Lava Jato se deu pelo fato de que, pela pri-

Durante a sua sabatina ao cargo de conselheiro do CNJ na CCJ do Senado, Ulisses Rabaneda dos Santos responde aos senadores questões diversas e como procederá à frente do colegiado.



(Foto: Roque de Sá / Agência Senado)

“A transparência e a comunicação com a sociedade devem ser aprimoradas, para que o cidadão compreenda melhor o funcionamento do Judiciário”

meira vez, pessoas que tradicionalmente não cumprem penas no Brasil passaram a ter que cumprir. Posteriormente, o que se viu foi o uso político desse período que tanto os democratas lutam para superar. Devido a isso, como será possível organizar uma Justiça para todos e que não encarcere apenas as pessoas dos estratos mais marginalizados da sociedade?

Ulisses Rabaneda: A Justiça deve ser imparcial e garantir a isonomia entre os jurisdicionados. O CNJ pode contribuir para isso fortalecendo mecanismos que impeçam distorções no uso do sistema penal, garantindo que o tratamento seja igualitário, independentemente da condição social ou econômica do réu. A qualificação da magistratura e a adoção de critérios objetivos para a aplicação de medidas cautelares, especialmente a prisão preventiva, são pontos que devem ser constantemente aprimorados para evitar seletividade e injustiças.

Grupo RDM: Atualmente o Brasil possui mais de 700 mil encarcerados, com quase metade deles não tendo sido condenada. São presos preventivamente e ficam nessa situação por anos. Como resolver essa chaga?

Ulisses Rabaneda: O excesso de prisões provisórias é um problema grave, e o CNJ tem se debruçado sobre essa questão. O uso de alternativas penais, como tornozeleiras eletrônicas e medidas cautelares diversas da prisão, deve ser mais estimulado sempre que compatível com a gravidade do crime. Além disso, o fortalecimento das audiências de custódia e a celeridade no julgamento desses casos são medidas fundamentais para evitar que pessoas fiquem encarceradas por longos períodos sem sentença definitiva.

Grupo RDM: Uma outra questão que faz com que a população se distancie do Poder Judiciário é a da aposentadoria compulsória concedida mesmo a

Aprovado pela CCJ do Senado para compor o CNJ, Ulisses Rabaneda dos Santos cumprimenta o também aprovado para assumir a função no conselho diretivo da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Iagê Zendron Miola, acompanhado do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).



“A eficiência na tramitação dos processos, o aperfeiçoamento da gestão judiciária e a garantia de acesso efetivo à Justiça são áreas que demandam atenção constante”

magistrados que foram flagrados em crimes. O senhor vê a possibilidade da extinção deste instrumento?

Ulisses Rabaneda: A aposentadoria compulsória está prevista na Constituição e visa preservar a independência do Poder Judiciário, evitando interferências políticas indevidas. Entretanto, há um debate legítimo sobre a proporcionalidade dessa sanção em casos graves de desvios éticos e criminais. Qualquer mudança nessa matéria deve ser conduzida pelo Congresso Nacional, e deve considerar o equilíbrio entre a punição adequada e a necessidade de proteger a independência da magistratura.

Grupo RDM: O CNJ já diagnosticou como “demandas complexas” a serem solucionadas como a estruturação das varas, a realização de perícia, impacto de liminares, competência para julgamento, adequação da petição inicial, sólido institucional do magistrado,

suporte para execução da sentença, impacto de ações predatórias, estabelecimento de política institucional, pressão política, realização das inspeções judiciais, capacitação contextual, prioridade para a análise processual, escuta das partes mais vulneráveis, e flexibilidade procedimental. O uso da tecnologia pode ajudar a resolver essas “demandas complexas”? Como o senhor vê essas questões?

Ulisses Rabaneda: A tecnologia tem um papel crucial na modernização da Justiça. A inteligência artificial pode auxiliar na triagem de processos, identificação de padrões e otimização de rotinas administrativas, permitindo que magistrados e servidores concentrem esforços em atividades que exigem maior análise jurídica. No entanto, a implementação dessas soluções deve ser acompanhada de regulamentação criteriosa, garantindo transparência, imparcialidade e respeito aos direitos fundamentais.

Grupo RDM: Atualmente tramitam no STJ 300 mil ações. O presidente daquela Corte, Herman Benjamin, em declaração recente, ressaltou que esse número pode ultrapassar os 500 mil processos e que 20% das ações se referem a pedidos de habeas corpus, que nada mais é do que a garantia e a solicitação desses direitos fundamentais. Como o senhor vê esses números e como o CNJ pode ou deve atuar para solucionar essa pressão?

Ulisses Rabaneda: Creio que é chegada a hora de debater o aumento do número de ministros do STJ. O volume de processos, aliado ao aumento significativo da população e da litigiosidade, justifica essa medida. Para se ter um exemplo, em Mato Grosso, meu estado de origem, o Tribunal de Justiça tem 15 desembargadores em câmaras de direito privado para julgar demandas exclusivamente daquela unidade da federação. No STJ tem 10 ministros para a mesma função – julgar matérias de direito privado – para todo o país. Além disso, a redução da litigiosidade excessiva passa por uma mudança cultural e pela adoção de mecanismos que incentivem a solução consensual de conflitos. Por fim, a padronização de entendimentos jurisprudenciais e o fortalecimento do uso dos precedentes também contribuem para evitar o ajuizamento de demandas repetitivas, desafogando o tribunais superiores.

Grupo RDM: Outra questão que também atrapalha a aproximação entre o Judiciário e a população em geral é a questão dos “supersalários” pagos, tanto na Justiça, quanto nos Legislativos. O Congresso Nacional se debruça há anos sobre esse tema, mas o problema não se resolve. Como resolver essa questão? É possível resolvê-la? O Poder Judiciário, através do CNJ, poderia enfrentar e solucionar essa problemática pelo menos no Judiciário?



Os então indicados para compor o CNJ, durante sabatina na CCJ do Senado Federal, Rodrigo Badaró Almeida de Castro, Ulisses Rabaneda dos Santos, e Marcello Terto e Silva, cumprimentam o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR).

Ulisses Rabaneda: O CNJ já tem avançado na regulamentação dos vencimentos da magistratura, buscando maior transparência e controle sobre pagamentos. Entretanto, alterações estruturais na política remuneratória do serviço público dependem de iniciativa legislativa. O importante é garantir que a remuneração dos agentes públicos seja compatível com suas responsabilidades, dentro dos limites constitucionais e com a devida prestação de contas à sociedade.

Grupo RDM: Por fim, fruto das consequências da Lava Jato, o Brasil assistiu estarrecido às cenas do dia 8 de janeiro de 2023, em que alguns apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) invadiram as sedes dos Três Poderes e promoveram uma quebraadeira ao patrimônio histórico do país. O STF vem fazendo os julgamentos sobre esses casos, com aplausos de uma parte

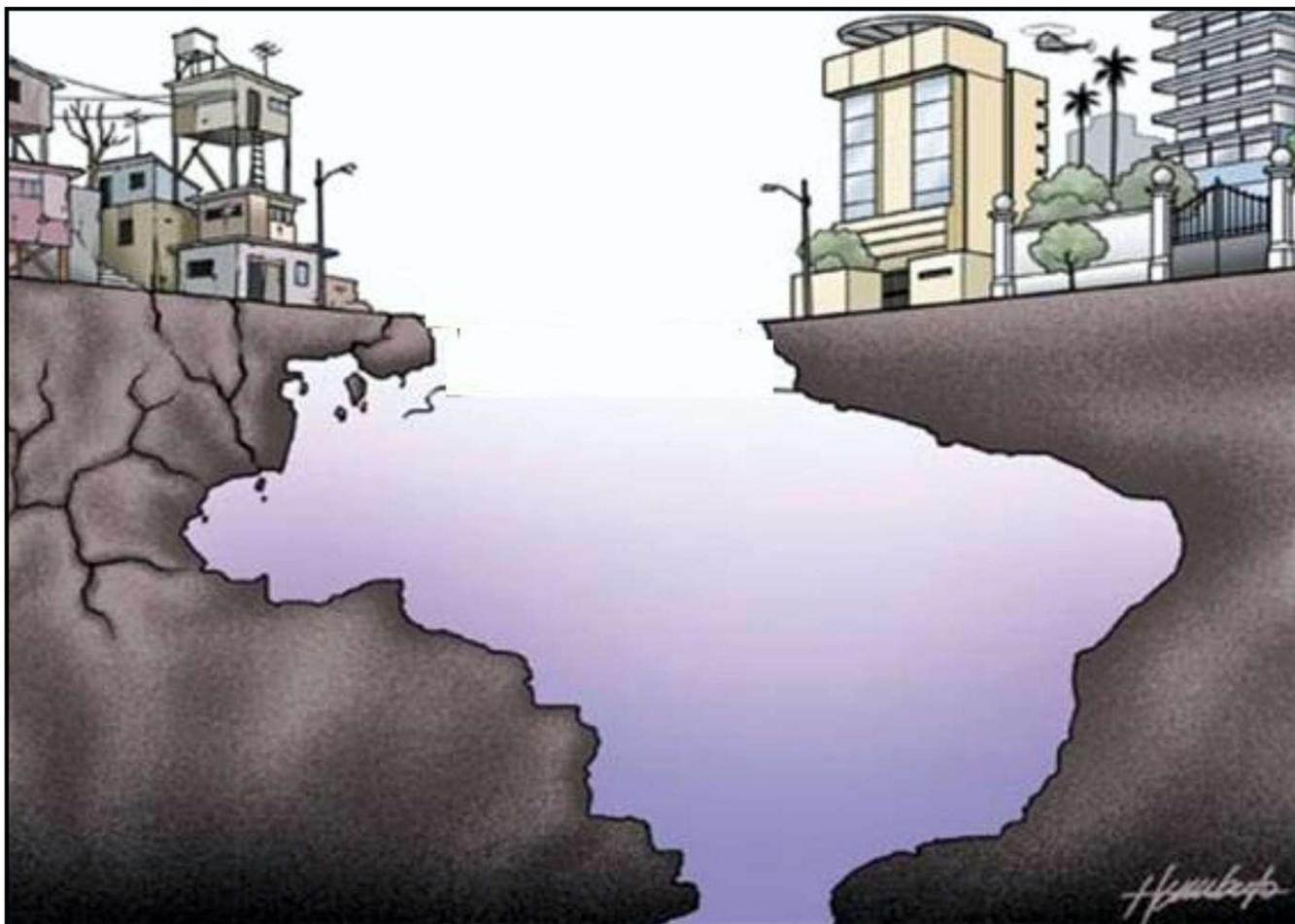
“A aproximação entre o Judiciário e a sociedade passa por três frentes essenciais: acessibilidade, transparência e eficiência”

da população e críticas de outra. E em meio a isso, existe uma proposta em tramitação, de autoria do ex-deputado Vitor Hugo (PL-GO), atual vereador em Goiânia, que concede anistia a todos que participaram de atos que atentaram contra a nossa democracia a partir dos primeiros dias de novembro, quando vários apoiadores do ex-presidente invadiram e trancaram rodovias. Qual a sua opinião sobre essa proposta e como o Legislativo

deve proceder com relação a esse tema? É possível anistiar ainda quem não foi julgado? É correto anistiar quem cometeu erros que poderiam, por exemplo, ter ceifado milhares de vidas se o caminhão-tanque explodisse no Aeroporto Internacional de Brasília na véspera de Natal de 2022?

Ulisses Rabaneda: A concessão de anistia é uma prerrogativa do Congresso Nacional, mas deve ser analisada com extrema cautela. Anistiar indiscriminadamente atos que atentaram contra a ordem democrática pode enfraquecer o compromisso institucional com o Estado de Direito. Além disso, conceder anistia antes mesmo da conclusão dos julgamentos poderia comprometer a função jurisdicional e criar um precedente perigoso. O equilíbrio entre justiça e pacificação social deve ser o guia dessa discussão.

Por que o Brasil segue desigual



Apesar de políticas públicas para distribuição de riquezas, ainda se mantêm muitos privilégios e concentração nas mãos de poucos

■ Por **Carolina Nogueira**, da Agência Câmara de Notícias

Anova edição do periódico Agenda Brasileira, realizada pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, aborda a desigualdade social no Brasil pelo viés econômico. Conheça seus principais achados, confira a íntegra do texto da revista e navegue pelo painel de dados com as principais estatísticas utilizadas.

Ao longo de sua história, o Brasil se tornou e permanece sendo um dos países mais desiguais do mundo. Desde o

fim da escravidão, algumas políticas públicas distribuem a riqueza de maneira igualitária entre os cidadãos – ao mesmo tempo que outras agem para privilegiar e concentrar recursos nas mãos dos mais ricos.

O Brasil entre os países mais desiguais do mundo. O coeficiente de Gini é um indicador que mede a desigualdade de distribuição de renda. O coeficiente varia de 0 a 1 – quanto menor for o número, menos desigual é a distribuição da renda entre pobres e ricos.

Confira no gráfico como, ao longo dos anos, alguns países chegaram mais perto da concentração máxima de renda – e outros conseguiram uma trajetória descendente.

A redução da desigualdade é multifatorial

Não existe uma única política pública capaz de alterar radicalmente a concentração de renda no país. O combate à desigualdade passa necessaria-

mente por investimentos nesse sentido em políticas públicas diversas, garantidas por programas governamentais, leis e outros regulamentos.

As políticas públicas podem ser: **REGRESSIVAS**

Muitas das desonerações tributárias ou subsídios são exemplos de políticas regressivas, que favorecem grandes detentores de riqueza e colaboram para aumentar a desigualdade social

PROGRESSIVAS

Programas sociais que transferem renda ou garantem acesso a serviços públicos para a população menos favorecida ajudam a reduzir a desigualdade social.

Como algumas políticas públicas brasileiras aprofundam a concentração de renda. Subsídio à instalação privada de energia renovável privilegia mais ricos.



Há mecanismos de subsídios para incentivar a implantação de energias renováveis, como energia solar, que é acessada principalmente por usuários de alta renda.

O impacto anual desses subsídios é de R\$ 23 bilhões, ou seja: todos os consumidores, inclusive os mais pobres, acabam financiando os investimentos aproveitados pelos mais ricos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, a conta de luz pesa cinco vezes mais no orçamento de

famílias pobres do que no de famílias ricas.

Políticas habitacionais segregam pobres e impedem a oferta de moradias.

Para ser inclusiva, a política urbana deveria promover a interação entre ricos e pobres, o que é o oposto do que acontece hoje no Brasil.

Os centros econômicos das cidades, onde estão as oportunidades de emprego e educação, ficam distantes das periferias – o que exige da população mais vulnerável maior investimento de



tempo e dinheiro para a inclusão na economia e no mercado de trabalho.

O poder público produz uma restrição artificial ao crescimento da oferta de imóveis residenciais – o que eleva os valores de aluguel e dos imóveis, e amplia o gasto com transporte, ocasionando perda de poder aquisitivo da população.

As regras que limitam o uso do solo onde este é mais demandado impedem o crescimento da indústria de construção civil – justamente um setor intensivo em mão de obra de menor escolaridade.

Dificuldades na promoção da livre concorrência no transporte rodoviário.

O sistema de transporte interestadual de passageiros no Brasil foi formado a partir de linhas rodoviárias criadas por iniciativa particular de um conjunto de empresas em um cenário de poucos operadores e bem longe de um ambiente de livre concorrência.

Com a Lei 12.996/2014, foram criados instrumentos legais – de incentivo, monitoramento e intervenção – para garantir um ambiente de livre e aberta competição, com liberdade de preços, mantendo a prestação dos serviços de transporte fiel à sua natureza pública.

A lei delega à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) a tarefa de regulamentar e regular a atividade.

Depois do período de transição previsto pela lei, entre 2015 e 2019, o aumento no número de empresas aprovadas foi de apenas 2,7%, apesar da existência de mais de 1.300 requerimentos administrativos com pedidos de novos mercados pendentes de análise e decisão pela ANTT.

O ingresso de novas empresas no setor progrediu entre 2020 e 2021. Nesse período, os preços médios das passagens caíram 9% e 128 municípios foram incluídos nas rotas interestaduais.

Em 66% do total de mercados autorizados, há uma única empresa prestadora de serviço por rota, sujeitando os



usuários à política de preços do operador privado monopolista.

O sucesso de certas políticas públicas brasileiras na redução das desigualdades.

O Fundeb como política redistributiva

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi aprovado em 2020 como um mecanismo permanente que vincula o número de matrículas da educação básica à destinação de recursos de impostos. O Fundeb tem se provado uma das mais importantes políticas públicas sociais redistributivas do país.

Enquanto os 50% mais pobres da população se apropriam de apenas 9,31% da renda do país, esse mesmo grupo recebe entre 62,0% e 65,5% do gasto total em educação pública, sendo o maior peso no ensino fundamental.

Ao mesmo tempo, entre os 10% mais ricos, que concentram 45,2% da renda, o montante de gastos educacionais públicos recebidos está entre 5,8% e 6,7% – e a maior concentração de recursos está no ensino superior.

A atual política do Fundeb tem como principais beneficiários estados e municípios mais vulneráveis, facilitando a eles um patamar mínimo para financiar sua educação básica.

A política atual aumentou a capilaridade da redistribuição dos recursos, atingindo municípios de estados com mais recursos, o que não acontecia no passado.

A Reforma Tributária e seus efeitos de redução da desigualdade.

A reforma prevê alíquotas mais baixas ou zeradas para uma lista, o que beneficia tanto pobres quanto ricos, sem foco nas faixas de renda mais baixas. A reforma que prevê uma transição para a arrecadação tributária ficar com a localidade do consumo acontece apenas depois de longa transição de 50 anos. A reforma instituiu o cashback, com devolução de tributos para consumidor de baixa renda. Os tributos passam a ser arrecadados no município e estado onde ocorre o consumo, o que reduz a desigual distribuição da arrecadação de tributos, até então muito concentrada no local de produção ou sede da empresa.

Presidente do STF abre Ano Judiciário de 2025 e destaca união entre Poderes pelos princípios da Constituição



Da Agência STF de Notícias

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, abriu o Ano Judiciário de 2025 com a celebração da força das instituições e do diálogo democrático e harmônico entre os Poderes. “Não há pensamento único, porque isso é coisa de ditaduras. As diferentes visões de mundo são tratadas com respeito e consideração”, afirmou.

“Os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos, como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil”, declarou o presidente do STF.

A sessão solene de abertura teve a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, Davi Alcolumbre; e da Câmara, Hugo Motta; além do procurador-geral da República, Paulo Gonet; do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti; e autoridades dos Três Poderes.

Em seu discurso, Barroso destacou programas e iniciativas desenvolvidos

“

Não há pensamento único, porque isso é coisa de ditaduras. As diferentes visões de mundo são tratadas com respeito e consideração. Os três Poderes aqui presentes são unidos pelos princípios e propósitos da Constituição. Somos independentes e harmônicos como manda a Constituição. Porém, mais que isso, somos pessoas que se querem bem e, acima de tudo, querem o bem do Brasil”

pela Corte. Entre eles, a agenda de sustentabilidade do STF, com a instalação de uma usina fotovoltaica para fornecimento de energia elétrica ao Tribunal e o plantio de 5.500 mudas de árvores no bosque do Supremo. Houve ainda o lançamento do programa Justiça Carbono Zero, que prevê que todos os tribunais

Ministro Luís Roberto Barroso falou também sobre programas e iniciativas para o ano e ressaltou produtividade da Justiça brasileira

do país deverão alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2030.

O ano que se inicia também será marcado pelo funcionamento de duas inovações tecnológicas lançadas no final de 2024: a ferramenta de Inteligência Artificial generativa MarIA, que vai auxiliar o trabalho de ministros e assessores, e o Portal Único de Serviços do Judiciário, com uma base de dados com todos os processos em tramitação no país.

Produtividade

O presidente do STF lembrou em sua fala da racionalização dos casos judiciais como parte do esforço de aumentar a qualidade do serviço prestado pelo Judiciário à sociedade. A atuação conjunta do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu a extinção de 8,4 milhões de execuções fiscais que estavam paradas há mais de um ano na Justiça a partir de medidas extrajudiciais de cobrança.

Em outra frente, os esforços se concentraram em mapear as ações contra o Poder Público, com a elaboração de um diagnóstico que servirá para se pen-

sar as soluções, inclusive propondo medidas ao Poder Legislativo. Uma resolução do CNJ também foi aprovada para diminuir a quantidade de reclamações trabalhistas no país, facilitando a homologação de acordos extrajudiciais sem ajuizamento de ação.

De acordo com os números gerais do Judiciário apresentados por Barroso, houve uma redução de cerca de quatro milhões de processos em 2024 em relação ao ano anterior. Atualmente, são 80 milhões de processos pendentes. “O Judiciário brasileiro é um dos mais produtivos do mundo”, afirmou o ministro Barroso.

Ainda conforme os dados, o custo do Judiciário é de R\$ 132,8 bilhões (1,2% do PIB). “É um custo que, em termos percentuais, vem decrescendo ao longo dos anos. Em 2009, o Poder Judiciário da União representava 4,83% do orçamento fiscal. Em 2025, ele será de 2,93%”, frisou o presidente.

Além disso, o valor arrecadado pelo Judiciário em 2024 foi de R\$ 56,74 bilhões, cifra que equivaleu a 52% das despesas totais da Justiça. “Nós somos contra todo o tipo de abuso, e a Corregedoria Nacional de Justiça, liderada pelo ministro Mauro Campbell Marques, está atenta. Mas é preciso não supervalorizar críticas que muitas vezes são injustas ou frutos da incompreensão do trabalho dos juízes”, declarou o presidente do STF.

Direitos fundamentais

Barroso também destacou a promoção dos direitos fundamentais pelo STF e CNJ ao longo do último ano. Em dezembro, o plenário do Supremo homologou o Plano Pena Justa para enfrentar questões críticas no sistema prisional brasileiro. Depois de seu lançamento oficial, previsto para 12 de fevereiro, estados terão o prazo de seis meses para elaborar seus próprios planos.

Voltada aos tribunais pelo país, a implementação da paridade de gênero

vem tendo grande sucesso, disse Barroso. A iniciativa visa atingir um mínimo de 40% das cadeiras nos tribunais de segundo grau ocupadas por mulheres. Outra iniciativa voltada à composição do Judiciário é o programa de bolsas para candidatos negros. “Espera-se fazer com que a demografia da magistratura fique mais parecida com a da sociedade brasileira”, afirmou o ministro.

Inaugurado em 2024, o Exame Nacional de Magistratura foi realizado duas vezes e contabilizou a aprovação de 11 mil candidatos. “O exame vai criar um padrão



Acreditamos no diálogo republicano e construtivo. A democracia exige vigilância constante, com um compromisso inegociável com o Estado de Direito e o respeito às instituições.

Devemos lutar por justiça social, desenvolvimento econômico e fortalecimento das nossas instituições, com a união de esforços em prol do bem-estar coletivo”



nacional de qualidade para a magistratura e eliminar rumores sobre coisas erradas em alguns concursos”, disse Barroso. Em abril, também será realizado o Exame Nacional de Cartórios.

Ano Judiciário

A partir de 5 de fevereiro, o STF retoma as sessões de julgamento nas quartas e quintas-feiras. Na primeira, estão na pauta a validade de prova obtida a partir de revista íntima de visitantes em estabelecimento prisional, tema

do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 959620, a redução da letalidade policial no estado do Rio de Janeiro, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, e a anistia política concedida em 2020 a cabos da Aeronáutica afastados pelo governo militar em 1964 na ADPF 777.

Presença da PGR e OAB

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, discursaram na sessão solene de Abertura do Ano Judiciário de 2025 no Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa do Estado Democrático de Direito.

Primeiro a falar após o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, Simonetti afirmou que o momento é de união em defesa da soberania nacional e do respeito às instituições republicanas. “Acreditamos no diálogo republicano e construtivo. A democracia exige vigilância constante, com um compromisso inegociável com o Estado de Direito e o respeito às instituições. Devemos lutar por justiça social, desenvolvimento econômico e fortalecimento das nossas instituições, com a união de esforços em prol do bem-estar coletivo”.

Já Paulo Gonet reafirmou o compromisso da PGR com a defesa da ordem jurídica e do regime democrático, enfatizando que o Ministério Público, como órgão de controle, tem a responsabilidade de garantir que a vontade popular seja obedecida e cumprida. “Devemos atuar para que os anseios da cidadania encontrem espaço e meios de expressão livres de manipulação”, ressaltou. “Esse ano trará pautas de grande relevância para os valores democráticos, e a Procuradoria-Geral da República está pronta para cumprir seu papel nesse cenário”.



Denúncias de violência política contra mulher aumentaram 484% em 2024

Em 2023, foram 69 denúncias de violência política contra mulher, segundo painel do Ministério dos Direitos Humanos. Número cresceu em 2024

Por Giovana Alves e Nicolas Iory

A Em 2024, os casos de denúncia de violência política contra mulher aumentaram 484,06% em relação ao ano de 2023. Segundo o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2024 foram registradas 403 denúncias. Em 2023, foram 69.

Em setembro de 2024, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), abordou o tema

enquanto evidenciava o fato de que cinco candidatas mulheres sofreram tentativas de homicídio ou de feminicídio em um final de semana.

“Dia 15 de setembro, o mundo comemora o Dia da Democracia. E nós, mulheres brasileiras, temos pouco a comemorar. Não há democracia de gênero, de cores no Brasil. Há uma verdadeira guerra contra as mulheres. No TSE vivemos isso. Só nesse fim de semana foram cinco tentativas de morte de candidatas, contra mulheres. Uma intimidação

“

A primeira campanha é uma escola. A gente aprende que a parte financeira conta muito, porque é muito complicado competir com pessoas que já têm alguma coisa. Mas, apesar de ter perdido, eu me sinto vitoriosa. Não é porque não deu certo na primeira que não vai dar certo na segunda”



“

Recebi muitos comentários sobre a aparência, sobre a minha voz. Passei por várias situações que ficaram no limite da violência, do assédio, é muito frequente. A gente romantiza esse lugar da candidatura feminina, mas é muito difícil, e o resultado não depende só do esforço próprio”

—

violenta, feroz, cruel, que recrudescu nos últimos dias”, afirmou a ministra.

Em 2024, o governo federal lançou algumas ações tanto em relação à participação feminina na política quanto sobre a questão específica da violência. O Ministério das Mulheres, por meio da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (Senatp), por exemplo, criou a campanha “Mais mulheres no poder, mais democracia”. O material buscou conscientizar e sensibilizar a população brasileira sobre a realidade da violência política que atinge de forma permanente as mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas e LBTs.

Mesmo sendo 51,5% da população e 53% do eleitorado brasileiro, as mulheres estão amplamente sub-representadas em todos os espaços de poder e de decisão. Na Câmara Federal,

elas são apenas 17,7%, ou seja, 91 mulheres em um universo de 513 parlamentares. No Senado, são 15 mulheres entre 81 parlamentares, o que equivale a 12,3%.

No resultado das eleições municipais, apenas duas mulheres foram eleitas prefeitas entre as 26 capitais brasileiras. O Metrôpoles separou alguns casos que chamaram atenção ao longo do ano de eleições municipais.

Caso da prefeita de Quissamã

Fátima Pacheco (União Brasil), prefeita de Quissamã (RJ), registrou um boletim de ocorrência em agosto contra Glauber Poubel (Solidariedade), vereador de São Gonçalo. Poubel proferiu as palavras “ladra, bandida e vagabunda” contra a prefeita durante uma convenção.

Caso Fabinho Sapo

O ex-candidato para a prefeitura de Maricá (RJ) foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) após constranger e humilhar sua vice, Luana Gouvea, e a candidata à vereadora Ingrid Menendes, ambas do PL.

Segundo a denúncia o candidato teria humilhado e constrangido ambas “utilizando de menosprezo à sua condição de mulher, com a finalidade de dificultar sua campanha eleitoral”.

Disputa Pablo Marçal x Tabata Amaral

As alfinetadas entre os ex-candidatos à prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral e Pablo Marçal, em um dado momento passou dos limites. Marçal teria dito que apesar de “ter um bom garoto que ela namora”, Tabata não teria

qualificação para assumir o cargo pois não sabe o problema de um casamento nem do que é ter um filho.

Tabata repudiou as falas machistas do candidato.

Ex-prefeito do Ceará

O ex-prefeito de Saboeiro (CE) Gotardo Martins (PSD) atacou a vice-prefeita Wylna de Castro (PT) com ofensas como 'quenga' e 'rapariga' durante seu discurso em uma convenção.

“O doutor Marcondes bota no seu lado uma quenga, uma rapariga, e entra na casa de vocês pedindo voto. Vocês deviam era fechar a porta de vocês”, disse o ex-prefeito.

Violência e 'abandono' pós-eleição

A proporção de candidaturas femininas tem aumentado eleição após eleição desde que os partidos políticos passaram a ser obrigados a destinar ao menos 30% de suas vagas para as mulheres, em 2009. Se de um lado essa cota tem sido capaz de atrair mais mulheres para a política, de outro faltam mecanismos que assegurem a permanência delas para além de um ciclo eleitoral.



Das mais de 187 mil candidatas que concorreram em suas cidades na eleição de 2020, só 24% voltaram a fazer campanha em 2024, segundo levantamento do Globo. Entre os homens, a taxa de 'recandidaturas' tem sempre girado em torno de 40%.

Foram mais de 159 mil candidatas a prefeita, vice-prefeita e vereadora em todo o país no ano passado, das quais 45.307 haviam disputado também a eleição anterior. Desse grupo, só 8.221 insistiram no projeto político mesmo tendo sido derrotadas nas urnas quatro anos antes.

Segundo a cientista política Hannah Maruci, falta apoio dos partidos e das próprias famílias das mulheres que se arriscam na política, também mais suscetíveis a abandonar esse caminho

por causa de uma gravidez ou pela necessidade de cuidar da família, por exemplo.

Maruci é cofundadora do instituto de formação A Tenda das Candidatas, que oferece um curso de apoio a mulheres no pós-eleições. A diretora executiva do grupo, Laura Astrolabio, diz que o treinamento oferecido pelos partidos às suas candidatas é insipiente, e que a violência de gênero é um dos principais obstáculos para a manutenção das mulheres na política.

“Para as mulheres, o percurso eleitoral é muito violento. Dentro dos partidos, nas redes sociais, nas ruas. É muito intenso e a gente acaba perdendo muitos quadros excelentes por conta do trauma que isso gera. Soma-se a isso o fato de que as mulheres têm menos



“

Se olharmos a fotografia do poder, veremos que há uma maioria de homens brancos e ricos estabelecidos, e que já têm um capital social e político muito bem estruturado, coisa que as mulheres não têm. Esses homens têm como amigos outros homens brancos e ricos, que podem fazer doações maiores”



“ Para as mulheres, o percurso eleitoral é muito violento. Dentro dos partidos, nas redes sociais, nas ruas. É muito intenso e a gente acaba perdendo muitos quadros excelentes por conta do trauma que isso gera. Soma-se a isso o fato de que as mulheres têm menos tempo que os homens para a política porque fazem jornada tripla ”

tempo que os homens para a política porque fazem jornada tripla, com filhos e a casa para cuidar, além do trabalho”, diz Astrolábio, que é advogada e mestre em políticas públicas.

Mayara Torres, de 29 anos, disputou no ano passado sua segunda eleição. Obteve 5.093 votos, concorrendo pelo PSB à Câmara Municipal de São Paulo e não foi eleita. Ela relata ter sido alvo de assédio durante a campanha:

“Recebi muitos comentários sobre a aparência, sobre a minha voz. Passei por várias situações que ficaram no limite da violência, do assédio, é muito frequente. A gente romantiza esse lugar da candidatura feminina, mas é muito difícil, e o resultado não depende só do esforço próprio. No geral, é eleito quem tem dinheiro ou padrinhos políticos. Mas é difícil não se abater pela síndrome da impostora, que vem da nossa criação, e não questionar a nossa capacidade.”

Além de impor uma cota para candidaturas femininas, a legislação eleitoral também obriga os partidos a destinarem ao

menos 30% dos recursos recebidos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral para suas candidatas — essa mesma proporção deve também ser reservada às mulheres na propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Embora tenham agora mais acesso a dinheiro público assegurado por lei, as mulheres ainda recebem menos que os homens, e também encontram dificuldades para conseguir doações diretas. No maior colégio eleitoral do país, por exemplo, as candidatas receberam só 17% das doações de pessoas físicas.

“Se olharmos a fotografia do poder, veremos que há uma maioria de homens brancos e ricos estabelecidos, e que já têm um capital social e político muito bem estruturado, coisa que as mulheres não têm. Esses homens têm como amigos outros homens brancos e ricos, que podem fazer doações maiores. As mulheres não gastam menos porque querem, é porque não têm o mesmo acesso”, avalia Astrolábio, que defende uma reserva de vagas no Legislativo para assegurar a paridade de gênero.

Maruci afirma que a dependência feminina de recursos públicos também é maior porque historicamente as mulheres têm um patrimônio inferior ao dos homens, e a cultura de usar o próprio dinheiro em campanhas é mais forte no meio masculino. No estado de São Paulo, para cada R\$ 1 desembolsado pelas mulheres nas próprias campanhas, os homens gastaram R\$ 6.

A gestora de eventos Carla Fiori (Avante) foi a única doadora de sua própria campanha: foram R\$ 2.500,00 aplicados na disputa pela vereança em São Paulo, convertidos em apenas 216 votos. Ela diz, porém, que mantém o ânimo para futuras eleições:

“A primeira campanha é uma escola. A gente aprende que a parte financeira conta muito, porque é muito complicado competir com pessoas que já têm alguma coisa. Mas, apesar de ter perdido, eu me sinto vitoriosa. Não é porque não deu certo na primeira que não vai dar certo na segunda”.

(Do Metrôpoles e do O Globo)



Como identificar um fascista de acordo com Umberto Eco

O fascismo se alimenta de paranoia e desconfiança, e por consequência busca e estabelece inimigos internos e externos para unir a população contra ideias e grupos comuns

Por **Clarissa Desterro**

Em junho de 1995, o escritor e filósofo Umberto Eco, autor de *O Nome da Rosa*, publicou um ensaio enumerando 14 características comuns do fascismo. Nele, Eco busca explicar o motivo pelo qual “a palavra fascismo se tornou sinédoque, isto é, uma palavra que pode ser usada para diferentes movimentos totalitários”, sendo utilizada para descrever toda sorte de ditadura, desde “a primeira ditadura de direita que tomou conta de um país europeu” até movimentos na África e na América Latina.

Sua tese é que o fascismo, por excelência, é vago. Contudo, Eco continua, “apesar da imprecisão do termo, acho que é possível fazer uma lista de elementos que são típicos do que eu gostaria de chamar de Fascismo Eterno”

“

Para que o fascismo funcione, seus seguidores devem se sentir sitiados; há necessidade de conspirações secretas partindo da elite, do Estado e das instituições contra o bem do povo ou do próprio Estado”

— que ele também chama de Ur-Fascismo.

O grande motivo por trás do ensaio, como estabelece o autor já no princípio, é determinar o que, exatamente,

está sendo combatido quando se fala na luta contra o fascismo. Estamos aqui para recordar o que aconteceu e para declarar solenemente que ‘eles’ não podem repetir o que fizeram. Mas quem são ‘eles?’”. Difícil dizer.

Afinal, o fascismo, diferentemente do nazismo, não tem praticamente nada realmente seu – nem estética, nem arte, nem linguagem, nem valores, nem mesmo, em muitos sentidos, ideologia; ele abraça tudo e permanece propositalmente vago exatamente para tornar-se universal. Como algo que é, fundamentalmente, nada mais, nada menos que uma forma de nacionalismo extremo, o fascismo assume as características e contornos de qualquer que seja a nação, a cultura e o momento histórico que o produz.



“

O fascismo opera em paradoxos: é necessário haver uma ameaça constante, mas também são necessárias constantes e contínuas vitórias sobre essa ameaça; se qualquer um dos dois faltar, a coesão coletiva se esvai e o sistema desmorona”

Por isso mesmo, defende o autor, é “fascista”, e não “nazista”, o termo usado de maneira generalista para descrever qualquer pessoa, ideia ou instituição que se aproxime das atrocidades intelectuais defendidas por esses movimentos; o nazismo, ao contrário do fascismo, tem uma expressão estética e simbólica própria que o restringe a um certo parâmetro mais facilmente percebido e menos impunemente emulado, por ser óbvio.

“Só existiu um Nazismo, o jogo fascista pode ser jogado em muitas formas, e o nome do jogo não muda. O termo 'fascismo' adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”, diz Eco, completando: “o fascismo foi certamente uma ditadura, mas não era completamente totalitário, nem tanto por sua brandura, mas antes pela debilidade filosófica de sua ideologia. Ao

contrário do que normalmente se pensa, o fascismo na Itália não tinha nenhuma filosofia em particular”.

Afinal, “é possível conceber um movimento totalitário que consiga reu-

nir monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, os privilégios concedidos à Igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado?”. De acordo com Eco, enfim, o fascismo é um “totalitarismo difuso, uma colagem de diferentes ideias filosóficas e políticas, uma colmeia de contradições”.

Culto à tradição

Por excelência, o fascismo idealiza um passado mítico – e normalmente artificial, inventado ou extremamente deturpado – como uma “Idade de Ouro” nacional que deve ser perseguida e recuperada; para o fascismo italiano, por exemplo, foi o Império Romano. O fascismo, assim, se baseia na nostalgia por “valores tradicionais” – família centralizada, religião, patriotismo, militarismo, obediência à autoridade e rejeição de

ideias e valores contemporâneos como uma ameaça à identidade nacional e a esses mesmos valores tradicionais.

Paradoxalmente, por todo o seu amor ao tradicionalismo, o fascismo normalmente se posiciona como uma força para “mover uma nação para o futuro”. Suas justificativas intelectuais costumam incluir pensadores extremamente tradicionalistas e conservadores e, com frequência, a deturpação e reinterpretção totalmente desonestas e intelectualmente falaciosas das ideias de outros pensadores para se adequarem à sua lógica.

Rejeição ao modernismo

O fascismo tem desprezo pela intelectualidade, pela academia – muitas vezes classificada como elitista ou tendenciosa –, pelo progresso científico e pela secularização do conhecimento, muito embora tenha sido em várias ocasiões, concomitantemente, uma ideologia que historicamente flertou ela própria com o ateísmo ou com a descentralização do cristianismo. O Iluminismo, a Idade da Razão, é visto como o começo de toda a depravação moderna, e a própria modernidade é o ápice da decadência cultural, social e moral.

O fascismo se apega a dogmas, pode ser definido como irracionalismo, e acredita que “pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas”, que vão de encontro com a rigidez estática da construção de mundo fascista.

Culto à ação pela ação

O fascismo põe grande ênfase na masculinidade, e a masculinidade fascista é associada não aos valores pós-industriais de masculinidade construídos no século XIX – deve-se lembrar que o fascismo nasce no início do século XX, e os anos 1800-1900, portanto, são a sua “modernidade” – mas às noções de mas-



“ Para o Fascismo Eterno, não existe a luta pela vida: em vez disso, a vida é vivida para lutar. Em maio, ouvimos dizer que a guerra tinha acabado. A paz me deu uma sensação curiosa. Tinham me dito que a guerra permanente era a condição normal de um jovem italiano”

culinidade mais primitivas e físicas anteriores. Sendo assim, há imensa ênfase na fisicalidade, na agressividade e na violência, tanto individual quanto política – pois, para o fascismo, seus objetivos políticos são atingidos através da ação violenta.

A ação, sendo bela por si só, deve ser tomada antes, ou mesmo sem, qualquer reflexão prévia. Pensar, como já estabelecido anteriormente, é uma forma de emasculação vista com desdém. O intelectual é substituído enquanto figura digna de admiração pelo herói militar.

Discordância é traição

Toda discordância moral ou intelectual das ideias defendidas pelo regime, e qualquer crítica a ele direcionada, é um ato de traição não apenas contra o próprio regime, mas contra a nação. O espírito crítico faz distinções, e isso é uma forma de modernismo que se alinha a valores que devem ser extirpados.

Na cultura moderna a comunidade científica elogia a discordância, como uma forma de aprimorar o conhecimen-

to – algo que vai totalmente na contra-mão da lógica controladora e anti reflexão do fascismo, que se estrutura em cima da supressão da liberdade de expressão, no coletivismo intelectual e na eliminação sumária de qualquer dissidência política e intelectual, resultando normalmente na perseguição de intelectuais e vozes discordantes.

Medo das diferenças

O primeiro apelo de um movimento fascista ou prematuramente fascista é contra intrusos; assim, o Ur-Fascismo é racista, homofóbico, xenofóbico, religiosamente intolerante e agressivamente preconceituoso por definição. Ele explora o medo do “outro” como arma de propaganda e controle social, criando um inimigo fictício e coletivo que está em todo lugar como ameaça à cultura.

O mito da superioridade de sua própria raça ou nação é estabelecido e repetido, e a imigração, a diversidade cultural, religiosa e sexual e as diferenças de pensamento são vilificadas.

Um dos mais típicos traços do fascismo histórico foi o apelo a classes



“

O fascismo italiano venceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista”

sociais frustradas ou marginalizadas, sejam elas veteranos de guerra abandonados pelo Estado, trabalhadores em circunstâncias precárias, uma elite que vê sua posição ameaçada, ou uma classe média frustrada; grupos, enfim, que sofrem os efeitos de uma crise econômica, estão desiludidos com os governos e as instituições, sentem-se à margem da sociedade ou ignorados pelo Estado, que abrigam sentimentos de humilhação política, ou que estão assustados pela pressão de grupos sociais subalternos.

É importante, nesse sentido, se lembrar que em sua gênese, o fascismo, o nazismo e outras ideologias afins surgem num contexto pós-Primeira Guerra Mundial, que matou, mutilou e destruiu psicologicamente milhões de homens, arruinou a Europa financeiramente, acelerou em muito o declínio europeu enquanto poder hegemônico militar, econômico e cultural no mundo, e desiluiu uma geração inteira com o governo e as instituições vigentes, e foi particularmente bem aceito nos países derrotados e total e absurdamente humilhados pelo Tratado de Versalhes – como a Alemanha – e também em lugares que estavam do lado vencedor da guerra, mas que não obtiveram o que queriam do conflito, e tiveram muito mais desvantagens que vantagens em sua participação – como a Itália.

Por excelência, portanto, ele explora as frustrações, os temores e os

problemas de classes desamparadas e em declínio – seja esse declínio econômico, social ou mesmo cultural – prometendo simultaneamente um retorno a um passado próspero, estável e do qual a nação possa se orgulhar, e uma revolução que varrerá as instituições corruptas e desacreditadas que essas populações já não mais apoiam da face da terra, e, ao mesmo tempo, esforçando-se para colocar a culpa das adversidades enfrentadas na atualidade em grupos minoritários e forças externas a serem temidas.

A obsessão por conspiração

Para que o fascismo funcione, seus seguidores devem se sentir sitiados; há necessidade de conspirações secretas partindo da elite, do Estado e das instituições contra o bem do povo ou do próprio Estado. O fascismo se alimenta de paranoia e desconfiança, e por consequência busca e estabelece inimigos internos e externos para unir a população contra ideias e grupos comuns.

A forma mais fácil de conseguir esse restabelecimento é apelando à sua xenofobia, medo de outros partidos políticos ou de grupos marginalizados e subalternizados por ser igualmente punido para esse fim. O resultado último, enfim, é a criação de mais e mais justificativas para a violência, a repressão, o controle social e preconceitos diversos.

Esse inimigo – mais uma vez, seja ele interno ou externo, uma instituição, um grupo ou o próprio Estado – é, ao mesmo tempo, forte e fraco. Através de uma contínua oscilação no foco retórico, os inimigos são, ao mesmo tempo, figuras de poder e riqueza obscenas, com influência ilimitada, que devem ser temidos e odiados – afinal, só assim sustenta-se o mito da ameaça sempre em sua porta – e também figuras patéticas, fracas e inferiores – pois só assim sustenta-se a ideia da superioridade moral, racial e intelectual do regime vigente e justifica-se a desconsideração de outros modos de vida e pensamento.

O fascismo opera em paradoxos: é necessário haver uma ameaça constante, mas também são necessárias constantes e contínuas vitórias sobre essa ameaça; se qualquer um dos dois faltar, a coesão coletiva se esvai e o sistema desmorona.

“Para o Fascismo Eterno, não existe a luta pela vida: em vez disso, a vida é vivida para lutar”. Eco fala de suas experiências quando menino, vivendo durante a ditadura de Mussolini e a Segunda Guerra Mundial: “Em maio, ouvimos dizer que a guerra tinha acabado. A paz me deu uma sensação curiosa. Tinham me dito que a guerra permanente era a condição normal de um jovem italiano”.

A glorificação da guerra, do heroísmo militar e do militarismo enquanto



“ Em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de TV ou internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a 'voz do povo' ”

ideal, estética e meta são características fundamentais do fascismo; o conflito e a guerra são instrumentos para a renovação nacional e a autoafirmação da nação enquanto coletivo e também dos seguidores enquanto indivíduos, além de ser ferramenta de educação de novas gerações nos valores nacionais. Tempos de paz criam “homens fracos”, e a falta de conflitos são sinais de enfraquecimento ou de convivência com o inimigo. Na linha do culto à ação, o fascismo despreza a diplomacia, a negociação e o processo jurídico.

Desprezo pelos fracos

Ideias de meritocracia, elitismo e sobrevivência do mais forte, quase um darwi-

nismo social, são aspectos típicos de qualquer ideologia reacionária. A força, o poder, a virilidade e a proeza física são exaltadas como qualidades principais tanto do Estado quanto do indivíduo, e todos aqueles – enquanto pessoas, grupos ou instituições – percebidos como fracos e inferiores são vítimas de discriminação, violência, humilhação e mesmo extermínio sancionados pelo Estado, seja como política oficial ou como agenda extraoficial, através de impunidade e incentivos através da construção cultural e psicológica da nação.

Na ideologia do Fascismo Eterno, ser “herói” é a norma, e o “heroísmo” é um conceito utilizado como arma de propaganda e de acobertamento. O

heroísmo exalta figuras políticas, mas, acima de tudo, militares, e põe grande ênfase no sacrifício e no valor da auto-destruição pela nação – o dulce et decorum est pro patria mori da Grande Guerra, com raízes na antiguidade.

Nesse sentido, o fascismo se alinha historicamente com as narrativas de heroísmo perniciosas que serviam para manter o moral da nação alto em períodos de conflito – que, como já estabelecido, dentro do fascismo são eternos – e como justificativa para acobertar a responsabilidade do governo e do Estado nas mortes e mutilações de sua juventude em nome do orgulho nacional, além de servir como arma de propaganda para convencer novas gerações de homens do valor de seu serviço militar, e



populações civis da justiça das causas pelas quais são perdidos seus pais, filhos, irmãos e maridos, e pelas quais seus sacrifícios são requeridos, tudo visando à manutenção de um complexo industrial bélico. Este culto ao heroísmo, assim, é estritamente ligado ao culto à morte.

Machismo e armas

O machismo implica, ao mesmo tempo, um desdém pelas mulheres e uma intolerância – e condenação – a hábitos sexuais fora do padrão, desde o celibato até a homossexualidade. O fascismo, assim, cria uma sociedade que despreza todo o feminino, seja nas próprias mulheres, seja na “feminização” dos homens, mas que, ao mesmo tempo, exige certos padrões de feminilidade das mulheres, que por excelência são relegadas a papéis subordinados, e, portanto, precisam, necessariamente, ser associadas a qualidades e valores percebidos como inferiores.

Uma noção de populismo criada

“

Hoje, na Itália, existem algumas pessoas que se perguntam se a resistência teve um impacto militar real no curso da guerra. Para a minha geração, a questão é irrelevante: compreendo imediatamente o significado moral e psicológico da resistência”

para representar “A Voz do Povo”, mas que na realidade é a voz de um grupo seletivo de pessoas que tem “a voz mais alta” nos espaços de discussão e na retórica veiculada, com as próprias ideias desse grupo sendo muitas vezes manipuladas através de gatilhos emocionais pensados para gerar

certo tipo de reação, é parte fundamental da construção de uma liderança fascista.

O fascismo se estrutura ao redor de um líder carismático que se apresenta como um pater familias para o povo – um salvador, um messias – com imensa capacidade de mobilizar massas e manobrar opiniões para refletir seus interesses políticos. Esses líderes se apoiam em escolhas simbólicas, estéticas e retóricas específicas e muito bem pensadas – de acordo com Eco, o jeito fascista de se vestir foi “muito mais influente, com suas camisas negras, do que Armani, Benetton ou Versace jamais poderiam ser” -, e normalmente tem como principais armas seu carisma, sua capacidade de oratória, e uma imagem meticulosamente construída, todas municiadas através de propaganda e do controle do fluxo de informação e de opiniões, combinadas com o culto de personalidade e a eliminação sumária de rivais políticos e dissidência intelectual.



“ O Ur-Fascismo pode voltar ainda com as aparências mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar para cada uma de suas novas formas, todo dia, em todas as partes do mundo”

Linguagem própria

O Fascismo Eterno fala a Novilíngua de Orwell; ele se apoia em um linguajar repetitivo, simplificado e limitado – isso pode ser percebido, por exemplo, em todos os livros didáticos do Nazismo e do Fascismo, que faziam uso de um vocabulário pobre e de sintaxe elementar, extremamente limitados e simplistas – a fim de limitar os instrumentos para o desenvolvimento de raciocínios complexos e críticos. A linguagem é manipulada visando ao controle e à deturpação de informações e da percepção da realidade, e a propaganda, a desinformação e a retórica oficial são ferramentas de controle social.

O Fascismo Eterno

De acordo com Eco, o fascismo é pernicioso exatamente por ter um apelo tão amplo na medida em que é completamente mutável, vago e sem identidade definida, e que se baseia nos medos e nas frustrações específicas de uma nação num determinado tempo, local e contexto para construir sua retórica. “O fascismo italiano convenceu muitos líderes liberais europeus de que o novo regime estava realizando interessantes reformas sociais, capazes de fornecer uma alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista”.

Para nós, Eco prevê um futuro sombrio: “Em nosso futuro, desenha-se

um populismo qualitativo de TV ou internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a ‘voz do povo’”. Do papel da resistência, ele diz: “Hoje, na Itália, existem algumas pessoas que se perguntam se a resistência teve um impacto militar real no curso da guerra. Para a minha geração, a questão é irrelevante: compreendo imediatamente o significado moral e psicológico da resistência”. Em suas últimas falas, Umberto Eco, enfim, sentenciou: “O Ur-Fascismo pode voltar ainda com as aparências mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar para cada uma de suas novas formas, todo dia, em todas as partes do mundo”.

JORNAL DO ÔNIBUS



29 anos

Rodando notícias da baixada cuiabana!

RDM

JUNTOS CONTRA A DENGUE!



TODOS CONTRA A DENGUE



Coloque areia no prato das plantas.



Embale objetos que acumulem água.



Seque área que acumulem água.



Matenha a caixa d'água tampada e as calhas limpas.

CADA UM DEVE FAZER SUA PARTE!